

DS

ARTIGO

QUANDO SETEMBRO CHEGAR

Se tudo caminhar como esperamos, no mês de setembro será apresentado ao Tribunal de Contas de Mato Grosso o relatório com os primeiros resultados da auditoria de receita pública estadual iniciada há cerca de 90 dias, sob a minha relatoria. Não vou aqui tecer comentários sobre o conteúdo desse trabalho, até porque não é correto antecipar questões em análise por equipe de auditoria e que ensejarão em julgamento futuro. Porém, tomo a liberdade de registrar o andamento tranquilo deste trabalho, verdadeiramente inédito, que vai resultar em excelentes frutos para o nosso Estado. Registrar que estamos vivendo um novo momento institucional (e devemos comemorá-lo), com a racional e madura compreensão do Governo do Estado sobre a grande contribuição que o TCE pode oferecer nessa área. Pode até parecer óbvio ululante, mas não é! Basta lembrar que, na gestão anterior, o governador à época chegou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal para tentar impedir o Tribunal de Contas de fiscalizar a receita pública. O STF decidiu favorável à fiscalização de receita pública pelos órgãos de controle. Não é uma atuação indevida, pelo contrário, trata-se de uma obrigação dos Tribunais de Contas.

Primeiros resultados da auditoria de receita pública estadual

Também registro que desde o começo da década passada, quase 10 anos, então como dirigente nacional da associação dos Tribunais de Contas, a Atricon, venho afirmando que os TCs precisavam sair do lugar comum, de apenas auditar despesas, atos de gestão realizados, ou seja, dedicar seu tempo basicamente em autópsias de contas públicas – enquanto, também, podem oferecer valiosas contribuições com fiscalizações concomitantes, no tempo da gestão. Ao invés de autópsias, realizar biópsias – se se quiser continuar nessa figura ilustrativa – dos problemas na gestão pública para intervir e indicar soluções a tempo, enfrentando também a tempo o desperdício do dinheiro público e a corrupção. A maturidade deste novo momento pode ser sintetizada na realização de mais de 40 reuniões realizadas pela equipe de auditoria do TCE-MT, muitas das quais com a minha presença, na coleta de dados e informações acerca do objeto da auditoria. Além da Secretaria Estadual de Fazenda, da Assembleia Legislativa, tivemos reuniões com a Fiemt, Fecomércio, Famat, com as Procuradorias da Justiça e do Estado, com órgãos estaduais que lidam com desenvolvimento, com especialistas, buscamos dados e experiências, a exemplos de outros Tribunais de Contas.

Única ressalva nessa convergência propositiva é o fato de a Aprosoja ainda não ter tido tempo para receber o TCE e apresentar, enquanto representante de destacado segmento contribuinte, as suas contribuições para o trabalho. Entrevistas, estudos e pesquisas foram realizados, buscando a elaboração de papéis de trabalho, para a definição de técnicas de auditoria, com o cruzamento eletrônico de informações, análise de dados, diagrama de verificação de riscos, identificação dos órgãos e agentes envolvidos. Na execução, a aplicação das técnicas de auditoria, com a elaboração da matriz de achados, que comporão o relatório técnico.

Enfim, estamos nessa trilha sem grandes problemas, trabalhando com uma naturalidade e tranquilidade que contrasta com o que ocorreu na gestão estadual passada. Vê-se que o interesse atual é diametralmente oposto aquele que vigorava. O Poder Executivo e o Tribunal de Contas, importante lembrar, navegam o mesmo mar, cada qual na sua embarcação e com obrigações distintas, mas norteiam o mesmo porto, o bem comum. Simples assim.

A minha expectativa, com certeza de todo o TCE, é responder à altura do que se espera, questões importantes e concretas, a exemplo de como incrementar a receita pública de Mato Grosso sem onerar ainda mais o cidadão, se o modelo tributário que propiciou o crescimento econômico do nosso Estado continua oportuno e vantajoso e se existem outras potencialidades econômicas em Mato Grosso que podem ser incentivadas.

Então é isso, na expectativa de que todos os agentes envolvidos estão antenados no cumprimento de prazos, principalmente na pontualidade dos órgãos e entidades na entrega das informações e dados solicitados, quando setembro chegar teremos boas notícias sobre a auditoria de receita pública.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA

CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78300-000 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do

DIÁRIO DA SERRA

(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

TANGARÁ DA SERRA

Justiça decreta internação de adolescentes suspeitos de espancar motorista de aplicativo



Motorista fingiu estar morta após ser espancada

Adolescentes aguardam vaga no sistema socioeducativo de Mato Grosso

DENISE SOARES / G1 MT

Os quatro adolescentes que foram apreendidos suspeitos de espancarem uma motorista de transporte por aplicativo em Tangará da Serra, tiveram a internação decretada pela Justiça de Mato Grosso.

Marcia Angola, de 40 anos, fingiu estar morta para tentar salvar sua vida. Ela foi chamada para uma corrida, na noite de sábado, 24, e descobriu no caminho que era um assalto. Depois de ser brutalmente espancada,

foi jogada de cima da Ponte do Rio Sepotuba pelos criminosos.

De acordo com a Polícia Civil, o delegado Rodolpho Garcia Bandeira representou pela internação provisória dos quatro adolescentes à Justiça.

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) representou pela internação e a 1ª Vara Criminal de Tangará da Serra decretou a internação dos quatro adolescentes. Eles aguardam vagas no sistema socioeducativo do estado.

Na delegacia, eles foram autuados em flagrante por ato infracional análogo a roubo qualificado (tentativa de latrocínio), furto qualificado e associação criminosa.

Depois de praticar a tentativa de latrocínio contra a motorista de aplicativo,

eles foram a uma cidade vizinha na mesma região, onde praticaram um furto em uma relojoaria e retornaram a Tangará da Serra.

Marcia trabalha há dois anos como motorista de aplicativo e pede Justiça. “Eu pensava muito no meu filho, que tem 7 anos. Como que alguém ia chegar nele e dizer que a mãe morreu? A gente sabe que são menores e que podem estar soltos a qualquer momento, mas que, na medida do possível, a justiça seja feita”, declarou.

Os adolescentes foram apreendidos na madrugada seguinte e confessaram o crime. Eles usaram uma arma de brinquedo para cometer o assalto.

O caso é investigado pela Polícia Civil de Mato Grosso.

OPERAÇÃO MUSTELA PUTORIUS

PJC cumpre 31 ordens judiciais contra grupo criminoso investigado por sonegação e ameaças em posto fiscal

ASSESSORIA / Polícia Civil-MT

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou a Operação Mustela Putorius para cumprimento de 31 ordens judiciais dentro do inquérito que apura crimes contra a ordem tributária e de organização criminosa praticados em um posto fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda no município de Barra do Garças. As ordens judiciais foram cumpridas em Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina.

Com apoio da Sefaz, a operação cumpriu 11 mandados de busca e apreensão, seis instalações de tornozeleira eletrônica, 10 mandados de intimações visando à proibição de frequentar o pátio do Posto Fiscal; duas suspensões do exercício da função pública na Unidade de Fiscalização de Barra do Garças e duas proibições atividade econômica ou financeira no raio de mil metros das intermediações do posto de fiscalização. A investigação tem por

objetivo desarticular uma organização criminosa responsável por um esquema de sonegação fiscal consolidado com o “furo” de posto, cujo fato gerou prejuízo aos cofres estaduais. Conforme a apuração da Defaz, a ação dos batedores/atravessadores investigados auxiliou de 15 a 20 caminhões diariamente, que deixaram de recolher, aproximadamente, R\$ 50 milhões no último ano, a maior parte de ICMS incidente sobre o grão escoado a outros estados da federação.